

Quem deve quem: as relações creditícias na freguesia de Guarapiranga no século XIX.

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa (UFMG)

Introdução

Com a decadência da mineração, no final do XVIII, é possível observar que a província de Minas Gerais sofreu um processo de “fechamento” de suas fronteiras, se voltando principalmente ao abastecimento interno. O principal sustentáculo da economia mineira foi a agricultura mercantil de subsistência, “ou seja, a produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da província” (LIBBY, 1988, p. 14).

Endossando o argumento de Libby, Mario Rodarte argumenta que devido a uma ampla rede de cidades em MG, observa-se a existência de um amplo mercado interno, que ligasse de forma eficiente o espaço urbano e o rural. Dessa forma, percebe-se que quase não havia excedentes a serem exportados para as demais províncias do país. A unidade produtiva predominante não eram as plantations e sim as pequenas unidades familiares.

Apesar de ter se tornado uma economia voltada ao mercado interno, ao longo desse século, Minas Gerais possuía o maior plantel de escravos do Brasil, concentrando vinte e cinco por cento da população cativa do país. Segundo Roberto Borges Martins:

É fundamental compreender que a grande população servil de Minas no princípio do XIX não era uma herança do rush do ouro. Esses escravos não eram remanescentes daqueles importados para a mineração, nem os seus descendentes: eram, isso sim, resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineradora. (MARTINS, 1982, p.11)

Essa população cativa, segundo Slenes, foi um dos principais sustentáculos do mercado interno mineiro, uma vez que esses precisavam se vestir e se alimentar. Além disso, a região cafeeira da Zona da Mata e do Sul de Minas foi um outro propulsor dessa economia interna.

As pessoas nele [setor exportador] envolvidas precisavam comer e provavelmente compravam pelo menos uma parte de seus mantimentos. Além disso, o transporte de produtos de algodão para as regiões cafeeiras criava empregos para tropeiros, livres e escravos, que por sua vez estimulavam o mercado doméstico para milho, ferraduras, pregos. A produção de queijo, gado e toucinho para as áreas cafeeiras e seus centros urbanos também tinha ligações primárias e secundárias com a economia interna, aumentando a procura por mantimentos, ferragens e têxteis. (SLENES, 1988,p.460).

Além da agricultura de subsistência, em Minas é possível observar o desenvolvimento de duas outras importantes atividades mercantis: a siderurgia e a indústria têxtil.

A siderurgia iniciada no final do século XVIII era a grande responsável pela forja das ferramentas utilizadas na mineração subterrânea. Além disso, com o desenvolvimento da agricultura e das técnicas agrícolas, esta foi fundamental para o feitiço de instrumentos utilizados nessa atividade. A siderurgia foi um dos sustentáculos do comércio de cativos, uma vez que ela era extremamente dependente da mão-de-obra escrava.

A indústria têxtil por sua vez existiu tanto no ambiente domiciliar quanto no ambiente fabril. Essa atividade era a responsável pela confecção de roupas para escravos assim como para a confecção de sacos alvejados para o ensacamento do café.

Mas para a existência de um mercado interno e externo é necessária a existência de pessoas que comercializavam esses produtos. Quem eram esses comerciantes? Como funcionava o mercado de produtos na capitania de Minas Gerais?

De acordo com Renato Pinto Venâncio e Júnia Ferreira Furtado,

As atividades mercantis formavam intircadas redes e tinham por objetivo garantir a ascensão social de determinados grupos da sociedade colonial. Em certo sentido, pode-se até mesmo afirmar, tendo em vista que a escolha dos agentes dos grandes comerciantes orientava-se em função de alianças familiares e clientelistas, que tais empreendimentos nem sempre pautavam por regras impessoais de eficácia e lucratividade (VENÂNCIO, & FURTADO, 2000, p.95)

O comércio era muito importante à colônia, uma vez que este garantia o abastecimento de produtos necessário à subsistência da população mineira,

assim como também garantia a circulação de riquezas, segundo afirma Furtado e Venâncio.

A classe de comerciantes era bastante heterogênea, se dividindo em três categorias: homens brancos, geralmente portugueses, homens brancos brasileiros e negros forros e escravos.

Os comerciantes brancos e portugueses dominavam os negócios de grosso trato, ou seja, comércio de mercadorias que envolviam elevadas quantias de dinheiro, operando em várias regiões do país. Segundo Venâncio, o mundo desse comércio formava redes de contatos que interligavam várias regiões do Império. Esses comerciantes de grosso trato eram a ligação dos grandes centros comerciais nacionais e internacionais com o interior do país. “Os atacadistas adiantavam estoques e emprestavam dinheiro para outros comerciantes, criando laços de endividamento que começavam no Reino e se reproduziam até o consumidor colonial”. (VENÂNCIO, & FURTADO, op. cit, p. 100)

Os comerciantes brancos brasileiros compunham o grande comércio volante. Estes percorriam vastas distâncias do território brasileiro, levando os produtos em lombos de mula. Estes eram a ligação concreta entre o urbano e o rural. Geralmente, estes homens trabalhavam para os comerciantes de grosso trato.

Estes comerciantes podiam ser “tratantes”, “comboeiros”, “condutores ou tropeiros” ou “mercadores volantes”.

Os tratantes eram aqueles que tratam ou fazem negócios. Geralmente trabalhavam por comissão, trabalhavam cobrando dívidas e levando carregamentos. Sua figura era a mais vinculada ao comerciante de grosso trato, uma vez que os grandes comerciantes não percorriam grandes distâncias para venderem seus produtos. Furtado afirma que:

Ser tratante não era fácil, pois demandava tempo e risco. O índice de assassinatos não era pequeno, pois muitos não queriam acertar os débitos. [...] Outro temor desses comerciantes era de não estarem sob a proteção de alguma instituição na hora de sua morte, que lhes

permitisse os ritos necessários à elevação da alma. A vida nos caminhos da Colônia era perigosa. (VENÂNCIO, & FURTADO, op. cit, p.101)

Os comboeiros eram aqueles que se dedicavam ao transporte de escravos, mas isso não impedia que transportassem mercadorias. Os condutores ou tropeiros, eram os responsáveis por trazer bois, vacas, cavalos, caprinos do Sul do país. “Estavam a serviço dos grandes comerciantes de carne, ou dos próprios fazendeiros, como também dos contratadores de impostos sobre o comércio de gado” (VENÂNCIO, & FURTADO, op.cit, p.102). Os mercadores volantes por sua vez, eram dependentes dos negociantes de grosso trato, geralmente envolvidos em uma rede de créditos e dívidas que dificilmente eram rompidos, segundo demonstra Venâncio e Furtado.

No pequeno comércio volante a presença do escravo de ganho (negros que circulavam pelas cidades vendendo produtos, como bebidas, comidas, mercadorias em geral para seus senhores) se fazia predominante. Nesse comércio, contrariando a tradição da sociedade patriarcal brasileira, a presença da mulher se fazia predominante. E não eram somente escravas que estavam nesse tipo de comércio. Mulheres livres, proprietárias de escravos ou não também podiam ser encontradas.

O pequeno comércio frequentemente era dominado por mulheres de origem humilde. Os homens, obviamente, não estavam ausentes dessas atividades, mas nela ocupavam uma posição secundária. A passagem do “grande” comércio, para o “pequeno” significava, nesse sentido, o deslocamento do mundo masculino para o feminino.(VENÂNCIO, & FURTADO, op.cit, p.104)

Mas como funcionava uma sociedade em que o comércio era tão ativo, como foi visto anteriormente, e praticamente não existia papel moeda?

A expansão do sistema de crédito deve ser compreendida como resultado da carência e inconstância do ouro em pó como moeda. A instabilidade social, nesse quadro, acentuava-se ao mesmo tempo em que avançava uma conflituosa situação de interdependência; todos tinham o que pagar e receber. A tendência para a acumulação de riqueza só vinha a gerar mais tensão em um contexto desigual e contraditório. (SILVEIRA, op. cit, p.99)

Ao longo de todo o período colonial e imperial, o sistema de crédito foi vigente no Brasil. “Com a circulação restrita de moedas e as limitações que

apresentavam o uso do pó de ouro, o crédito passou a ser uma maneira mais comum de se adquirir uma mercadoria ou de se pagar por um serviço”. (SANTOS, 2010,p.44)

A palavra funcionava como moeda circulante, reconhecida institucional e legislativamente, estando vinculadas à noção de confiança entre as duas partes. Segundo Magnus Pereira e Joacir Navarro,

As relações de haver e dever extrapolavam a documentação judiciária, haja vista que é de se supor que a maioria dos empréstimos era saldada sem interveniência judicial. [...] Como notou Raphael Santos, muitos créditos podiam ser concedidos tendo como garantia apenas a palavra dada, pois na época, o termo “crédito” vinculava-se à noção de “confiança”.(PEREIRA, 2010, p.108)

Nesse contexto surgem as relações de crédito. Essas relações formavam uma infinidade de redes de dívidas, que se ramificavam por toda extensão do território nacional. Esse sistema de endividamento possuía um papel social, cultural e um instrumento político.

As dívidas eram formalizadas de duas formas distintas: através do reconhecimento de sinal, ou seja, “o credor comparecia perante o juiz e requeria a presença do devedor para que reconhecesse o sinal ou assinar em crédito escrito para legitimar a dívida”; ou a partir de ações da alma, ou seja, “devedor jurava por sua alma se devia ou não determinada quantia”. (PEREIRA, op. Cit, p.108) Essas ações não eram exclusividades dos comerciantes. Pessoas ricas ou pobres, brancas ou negras podiam se relacionar através dessa relação, que não tinha respaldo judicial dependendo apenas da honra do credor.

O papel do crédito não era enriquecer as classes mercantis, mas prove-la de capital necessário para começar seus negócios, assim como para comprar escravos e facilitar o gerenciamento de renda para cumprir com seus gastos anuais. Não só dentro da classe de mercantil que se observa as relações de crédito. Muitas vezes se firmavam entre parentes próximos, ou amigos. Essa relação credílica servia como uma espécie de ajuda, voltadas para o estabelecimento de relações que não visavam o lucro,

[...] Alguns homens concediam créditos a vizinhos e parentes, no troca-troca cotidiano que envolvia relações de amizade e ajuda mútua, em redes que podiam sobrepor parentela, produção e negócios. [...] Nas sociedades rurais, são as relações de dívidas, traduzidas em relações de crédito, fundadas em laços de parentesco, e com natureza de obrigações, que constituem as redes de clientela, operantes por vínculos de dependência pessoal. (PEDROZA, 2010, p. 263)

Sendo assim, esse projeto pretende compreender o desenvolvimento ou a regressão do crédito na freguesia de Guarapiranga.

Faz-se necessário o entendimento de que a freguesia de Guarapiranga era a freguesia mais importante da Zona da Mata mineira no início do XIX. Essa contava com aproximadamente dez mil habitantes, e era a principal fronteira agrícola da zona mineradora de Ouro Preto. Além disso, era a principal fornecedora de aguardente, fumo e suprimentos básicos (arroz, feijão, carne) para a mesma.

Dessa forma, será feita uma reconstrução desse universo dos grandes e pequenos comerciantes, assim como das famílias mais ricas de Guarapiranga. Com esse projeto, também será possível entender como as disputas políticas regionais influenciavam no momento de se estabelecer uma dívida. Esse trabalho, em um âmbito generalizante, permitirá também, uma análise econômica da região, procurando entender como e por que houve uma evolução ou uma regressão na economia local.

Metodologia e fontes:

Os inventários post-mortem são fontes muito ricas para se analisar um pouco sobre a vida das pessoas. Nos inventários, principalmente, os dos séculos XVII, XVIII e XIX encontramos registrados todos os bens do falecido, desde um pé de meia, até seus escravos, animais, propriedades. Também encontramos todas as dívidas ativas (os créditos) e as dívidas passivas (os débitos) que essa pessoa possuía. Dessa forma, é possível fazer uma reconstrução das atividades econômicas do falecido, assim como entender como esta pessoa se relacionava com as demais tanto de sua freguesia, como em outras.

No entanto, é preciso ser um pouco cauteloso na utilização dessas fontes. De acordo com o historiador Zephyr Frank, o uso de inventários é complicado por três motivos:

(1) o problema de consistência ao longo do tempo, pois as pessoas falecidas que devem ser inventariadas podem variar de acordo com as mudanças da lei, dos padrões demográficos, ou fatores inexplicáveis tais como as perdas de registros; (2) o problema da idade e seletividade que torna possível que a produção inventariada seja mais velha e mais rica do que aquela que ainda vive; (3) o problema de cobertura, pois em geral não sabemos quantas pessoas entre as que vivem possuem bens. (FRANK, Z, 2012, p. 189)

Além dos inventários também serão analisadas escrituras de créditos localizados nos cartórios de Piranga. Esses inventários se encontram no fórum de Piranga e na casa Setecentista de Mariana. Mas uma grande parte deste já foram digitalizados pelo projeto Redes Sociais, Sucessão e Herança em Guarapiranga, 1780-1880, coordenado pelo prof. Fábio Faria Mendes (UFV) e conta com aproximadamente 1200 inventários.

Em um primeiro momento, será feito o levantamento de quem são os credores e devedores na freguesia de Piranga. Esse processo será feito a partir de uma planilha na qual constará o nome do indivíduo, com quem ele está se relacionando, a quantia do crédito ou do débito. Será levantado também se esse indivíduo possui algum título, como capitão, coronel, padre.

Em um segundo momento, esses dados serão colocados em softwares como o Pajek e no UCINET para a construção das redes sociais, para que dessa forma, possamos entender como essas pessoas se relacionam. Devido ao fato de ser um trabalho serial e cronológico das fontes utilizadas, o mais indicado é utilizar um método quantitativo para analisar os dados.

O entendimento do conceito de redes é fundamental para o desenvolvimento desse projeto. Segundo o antropólogo J. A. Barnes,

Cada pessoa está em contato com outras, e algumas delas não. De modo similar, cada pessoa tem certo número de amigos, e estes amigos tem seus próprios amigos. Alguns desses amigos conhecem-se uns aos outros, outros não. Considero conveniente chamar de *rede* um campo social como esse. (BARNES, *apud* MENDES, 2012, p.1).

Juntamente ao conceito de Barnes, encontra-se o *Social Network Analysis* (SNA) que consiste na análise dos padrões de relacionamento entre indivíduos, ou grupos sociais, em diferentes escalas, desde uma microesfera até em um âmbito global. Dentro desse sistema, é possível perceber que os indivíduos são interdependentes e que se relacionam de formas diversas entre si.

Essa metodologia de análise surgiu no final da década de 1960, sendo utilizada, principalmente, pelos estudiosos do campo das ciências sociais. A SNA tem como objetivo perceber como os indivíduos se relacionam, se preocupando com as formas e os tipos de relacionamentos mantidos entre eles, e como os laços que eles estabelecem interferem no comportamento desse grupo.

Parte importante do método é a elaboração das matrizes e dos gráficos. Estes gráficos diferem daqueles seriais, mais conhecidos, por não apresentar uma linearidade modulada pelo tempo. Cada matriz e seu gráfico correspondente equivalem a um instantâneo dos relacionamentos de um grupo. O gráfico é formado por nódulos (que representam as unidades), linhas (que representam as relações) e setas que indicam o sentido das ligações. De acordo com o tipo de gráfico utilizado, os desenhos e cores dos nódulos variam, o que também ocorre com o comprimento das linhas, de forma a dar um significado visual ao que foi expresso na matriz pelo pesquisador. [...] Todavia, tal metodologia não pretende dar conta das totalidades das relações, mas apenas apresentá-las de forma ordenada e visualmente inteligível para o pesquisador. (GIL, 2009, p.19)

Segundo o historiador Fábio Faria Mendes a SNA é bastante promissor aos historiadores que trabalham com grandes volumes de dados relacionais, uma vez que a configuração das relações permite investigar dinâmica das interações sociais e quais transformações ocorridas ao longo do tempo.

A partir da construção do banco de dados, ao exportá-lo aos softwares, poderei visualizar as redes de crédito criadas. E a partir dessa visualização poderei observar como essas redes se formavam, quais eram os atores principais e como essas redes eram criadas dentro desse universo piranguense. Dessa forma, poderei responder algumas perguntas como: existia um padrão para a criação dessas redes? Essas redes se formavam, principalmente, dentro das famílias? Quem eram os principais credores? Quem eram os principais devedores?

Bibliografia:

- ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALMEIDA, C. M. C. de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argumentum. 2010.
- ANDRADE, F. E. *A invenção das Minas Gerais. empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autentica Editora: Editora PUC Minas, 2008
- BOTELHO, T. R. A família escrava em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, M. E. L. & VILLALTA, L. C. (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica 2007.
- ESPÍRITO SANTO, C. C. do. O endividamento em Minas colonial: estratégias sócio-econômicas cotidianas em Vila-Rica no decorrer do século XVIII.
- FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista*. Tradução de Célia Lynn Goodwin e Elizabeth Maria Braathen.- São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH- UFMG 2012
- FURTADO, J. F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- GIL, T. L. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780- 1810)*. Março de 2009. 372 páginas. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. 07/04/2009
- LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense 1988.
- MARTINS, R. B. *Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão nº10. CEDEPLAR 1982

- MENDES, F. F. “Família, História e Redes Sociais”. In: Botelho T. R. & van Leeuwen, Marco H.D. (orgs.) *História social: perspectivas metodológicas* Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012.
- PEDROZA, M. “Passa-se uma engenhoca ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesi de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). In: *Revista Varia História*. Belo Horizonte, vol. 26, nº 43. 2010.
- PEREIRA, M. R.de M. & BORGES, J. N. “Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII”. In: *Revista de História* 162. 2010.
- RODARTE, M. M. S. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado- Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SILVEIRA, M. A. *O Universo Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SÔNEGO, A. “Um olhar sobre as fontes: cartas de alforria e inventários post-mortem na pesquisa das décadas finais da escravidão em Cachoeira do Sul-RS”. Disponível em <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1278253347_ARQUIVO_Artigoeehanpuhanais.pdf>. Acessado em 27/08/2012.
- SANTOS, R. F. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas - 1713-1773. 2005. Dissertação (Mestrado em Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- SOUZA, L de M e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª edição. São Paulo: Graal, 2004.
- VENÂNCIO, R. P. & FURTADO, J. F. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del (org.). *Revisão do Paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. A outra escravidão: a mineração do ouro e a “instituição peculiar”. In: *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, P. 155-187.

10.4025/6cih.pphuem.287

- SLENES, R. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 18:3, p. 449-195, 1988